

Perspectivas de jovens estudantes sobre a “Reforma” do Ensino Médio: um estudo em Porto Alegre/RS

Victor Hugo Nedel Oliveira*, Gabrielle Bezerra da Silva**

Resumo

Nos últimos anos, o Ensino Médio tornou-se alvo de intensos debates no campo educacional devido à “reforma” imposta pela Lei 13.415/2017, que, por sua vez, vem gerando impactos sobre as experiências escolares de milhões de jovens que cursam a última etapa da educação básica. O objetivo deste artigo foi investigar como vinha se dando a inserção de jovens escolarizados de uma escola da rede pública estadual, localizada em Porto Alegre/RS, nas discussões sobre a “Reforma” do Ensino Médio. A investigação tratou-se de um estudo de caso no qual foi realizado um grupo focal com jovens estudantes do Ensino Médio Regular e participantes do Grêmio Estudantil. A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo. Conclui-se que as experiências escolares dos jovens, advindas das novas mudanças, em geral, não são positivas e que o Grêmio Estudantil se configura com um espaço que promove a inserção dos participantes nas discussões pautadas.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; jovens; juventudes.

Perspectives of young students on the “Reform” of High School: a study in Porto Alegre/RS

Abstract

In recent years, High School has become the subject of intense debates in the educational field due to the “reform” imposed by Law 13.415/2017, which, in turn, has been impacting the school experiences of millions of young people who are in the final stage of basic education. The objective of this article was to investigate how the insertion of educated young individuals from a state public school located in Porto Alegre/RS was occurring in the discussions about the “Reform” of High School Education. The investigation was a case study in which a focus group was conducted with young students from Regular High School who were also members of the Student Union. Data analysis was carried out using content analysis. It is concluded that the school experiences of young people, arising from the new changes, are generally not positive and that the Student Union is configured as a space that promotes the insertion of participants in the guided discussions.

Keywords: New High School; young people; youth.

Perspectivas de jóvenes estudiantes sobre la “Reforma” de la Secundaria: un estudio en Porto Alegre/RS

Resumen

En los últimos años, la Secundaria se ha convertido en objeto de intensos debates en el ámbito educativo debido a la “reforma” impuesta por la Ley 13.415/2017, que, a su vez, ha estado generando impactos en las experiencias escolares de millones de jóvenes que cursan la última etapa de la educación básica. El objetivo de este artículo

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do GEPUVE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (UFRGS/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489113176882485>. E-mail: victor.nedel@ufrgs.br.

** Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES de Mestrado. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5779-2339>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5198033611519592>. E-mail: gabrielle.bezerra@ufrgs.br.

fue investigar cómo se estaba llevando a cabo la inserción de jóvenes educados de una escuela de la red pública estatal ubicada en Porto Alegre/RS en las discusiones sobre la “Reforma” de la Secundaria. La investigación se trató de un estudio de caso en el que se realizó un grupo focal con jóvenes estudiantes de la Educación Secundaria Regular y miembros de la Unión de Estudiantes. El análisis de los datos se realizó mediante análisis de contenido. Se concluye que las experiencias escolares de los jóvenes, derivadas de los nuevos cambios, en general no son positivas y que la Unión de Estudiantes se configura como un espacio que promueve la inserción de los participantes en los debates guiados.

Palabras clave: Nueva Secundaria; jóvenes; juventudes.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação no Brasil, o Ensino Médio enfrentou algumas crises de identidade, afinal, qual é o objetivo dessa etapa da educação básica? Para pensar em possíveis respostas, é necessário considerar que os propósitos atribuídos ao Ensino Médio evoluíram ao longo do tempo de acordo com os contextos sociais e políticos nos quais se encontravam. Com base em Silva (2015) e Ferreti e Silva (2017), pode-se identificar três períodos cruciais, dados a partir da década de 1990, que desempenham papel fundamental para a abordagem da reflexão inicial.

O primeiro período é marcado pelo estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹, em 1996, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, e, nele, “as finalidades do ensino médio são vinculadas à adequação (e subordinação) da escola às mudanças nas formas de organização do trabalho produtivo e justificadas com base na ‘globalização econômica e na revolução tecnológica’” (Silva, 2015, p.372). No segundo período, dado a partir de 2003, durante o primeiro Governo Lula, as ideias centrais que passam a sustentar o Ensino Médio relacionam-se aos conceitos de trabalho, ciência e cultura, à formação humana e à organização pedagógico-curricular, estando “[...] aliado a essas proposições, o reconhecimento dos sujeitos, sobretudo dos jovens, como basilar na configuração das finalidades da última etapa da educação básica” (Silva, 2015, p.372). O terceiro e atual período tem como marco o Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e “[...] remete ao neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro” (Ferreti; Silva, 2017, p.392)². E justamente nesse último cenário, encontra-se a “Reforma” do Ensino Médio².

¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996).

² Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017).

A reformulação do Ensino Médio, consolidada por meio da Lei 13.415/2017, desde o seu início, encontrou forte contestação devido ao modo como foi aprovada e às mudanças propostas, que pareciam negligenciar a verdadeira extensão dos impactos nas redes públicas de ensino. A Lei, imposta por meio da Medida Provisória 746/2016, gerou questionamentos, especialmente, sobre por que tanta urgência e celeridade na implementação de uma política que abarcaria os sistemas de ensino em todo o país. Além disso, a adoção de uma medida de caráter emergencial eliminou qualquer chance de diálogo com a comunidade escolar e a sociedade em geral.

Importantes estudos foram elaborados por especialistas ligados à área da educação (Ferreti, 2018; Krawczyk; Ferreti, 2017; Pestana; Lima, 2019; Santos, 2018; Silva; Scheibe, 2017; Silveira *et al.*, 2018) apontando os riscos do “Novo” Ensino Médio (NEM) e destacando, sobretudo, o agravamento da desigualdade educacional no Brasil. Em 2023, enquanto as escolas ainda estavam em fase de implementação do “novo” modelo, notou-se um aumento significativo das discussões sobre o tema nas redes sociais e em sites de notícias. Algumas das reportagens que ganharam destaque, por exemplo, revelavam os nomes de alguns itinerários formativos que vinham sendo ofertados em escolas públicas do país, tais como “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar”.

Depois de quatro anos (de 2018 a 2022) sob um governo de extrema-direita e ultraliberal, que intensificou medidas e discursos autoritários, com a posse do Presidente Lula em 2023, emergiram debates sobre uma possível revogação do NEM. Mas, o Ministério da Educação (MEC) rapidamente se posicionou, afirmando que essa não seria uma alternativa viável, embora reconhecesse a necessidade de corrigir distorções no “novo” modelo (Santos *et al.*, 2023) e retomar o diálogo democrático sobre o propósito do Ensino Médio (O Globo, 2023). A partir de então, ocorreram mudanças no Cronograma Nacional de Implementação do NEM³ e o estabelecimento de uma Consulta Pública para avaliar e reestruturar a política nacional de Ensino Médio⁴. Vale destacar que, após a divulgação dos resultados da Consulta Pública, em

³ O Cronograma havia sido instituído em 2021 pela Portaria 521, de 13 de julho de 2021 (Brasil/MEC, 2021), e suas alterações, em 2023, foram dadas pelas Portaria 397, de 07 de março de 2023 (Brasil/MEC, 2023a) e Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023 (Brasil/MEC, 2023b).

⁴ A Consulta Pública foi instituída pela Portaria nº 399, de 8 de março de 2023 (Brasil/MEC 2023c).

setembro de 2023, o MEC enviou à Casa Civil um novo Projeto de Lei propondo alterações à Lei 13.415/2017 – o que aguarda ainda novos desdobramentos.

Não se deve esquecer, entretanto, que as medidas adotadas a partir de 2023, surgem como resultado direto de uma forte pressão popular conta a “Reforma”. Nos dias 15 de março e 19 de abril de 2023, por exemplo, ocorreram respectivamente o Primeiro e o Segundo Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do “Novo” Ensino Médio, organizados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Os atos contaram com a presença de milhares de jovens estudantes e inúmeros Grêmios Estudantis. E, da mesma forma que nas manifestações, à frente dos impactos gerados pelo NEM, encontram-se eles: as/os jovens brasileiros, em sua maioria, jovens que frequentam as redes públicas de ensino.

Juventudes escolarizadas e “Reforma” do Ensino Médio

O “Novo” Ensino Médio se trata de uma política pública educacional de grande impacto, uma vez que modifica as estruturas dos sistemas de ensino à nível nacional, afetando, desta forma, milhões de estudantes brasileiros. Para precisar esse dado, em 2022, no Brasil, foram contabilizadas 7,9 milhões de matrículas no Ensino Médio, das quais 87,65% concentravam-se nas redes públicas⁵ e 12,35% na rede privada (Brasil, 2023a). Portanto, do ponto de vista adotado nesse texto, evidenciar as questões que têm atravessado a educação pública brasileira – alvo de tantos ataques recentemente – é fundamental para reforçá-la como direito social destinado a garantir condições igualitárias (e jamais excludentes) para todos os jovens estudantes brasileiros.

Por desempenharem papel central nessa política, os jovens estudantes possuem o direito de serem incluídos e participarem ativamente desse debate, reconhecendo os impactos do vigente modelo de Ensino Médio em suas vidas. Ao reconhecer esses jovens como sujeitos de direito nesse contexto, ampara-se no próprio Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que assegura ao jovem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude (Art. 4º); direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada (Art. 7º); e a garantia à participação efetiva do segmento juvenil,

⁵ Incluindo as redes federal, estadual e municipal. Contudo, ressalta-se que a rede estadual concentrava sozinha 84,18% do total de matrículas do Ensino Médio em 2022.

respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades (Art. 12).

Com isso, o objetivo principal do presente artigo foi investigar como vinha se dando a inserção de jovens escolarizados de uma escola da rede pública estadual, localizada na Zona Centro-Sul de Porto Alegre/RS, nas discussões sobre a “Reforma” do Ensino Médio, buscando, para isso, identificar as perspectivas desses sujeitos acerca dessa política.

A “REFORMA” DO ENSINO MÉDIO: NOTAS CONCEITUAIS

As ocupações secundárias de 2015 e 2016 já incluíam em suas pautas a oposição em relação à “Reforma” do Ensino Médio que vinha se delineando. Conforme explicado por Groppo *et al.* (2021, p.3), esse movimento era parte de um cenário de protestos que ocorriam em todo o país “[...] contrários ao regresso nas políticas sociais e na própria democracia representados pelo impeachment de Dilma Rousseff e o início do governo de Michel Temer”. O período que se seguiu após o Golpe de 2016 foi fortemente caracterizado pela consolidação de ações de orientação neoliberal e caráter conservador, que atingiram políticas públicas em diversas esferas sociais. Dentre essas, pode-se destacar o Teto de Gastos, as “Reformas” Trabalhista, Previdenciária, Tributária (etc.), e, evidentemente, a “Reforma” do Ensino Médio.

É importante notar também, que a “Reforma” do Ensino Médio ainda faz parte de uma segunda conjuntura, caracterizada pelas disputas por hegemonia político-ideológica que atravessam historicamente a última etapa da educação básica, e, que vão, de acordo com Ferreti e Silva (2017),

[...] ganhando conotações diferenciadas conforme o contexto social e político em que ocorreu. No entanto, merece destaque o fato de que, desde a década de 1970, ela vem sendo marcada na definição das políticas nacionais que dizem respeito ao ensino médio, pela insistência na sua vinculação aos interesses da economia capitalista, atribuindo a essa etapa da formação de jovens um caráter fortemente instrumental, mais do que de formação humana em sentido amplo (p.400).

Desse modo, pode-se afirmar que a partir de 2012 um novo cenário de disputas começou a ser desenhado (Silva; Scheibe, 2017). Naquele momento, afirmava-se a necessidade de reformular a etapa final da educação básica e o argumento empregado foi o seguinte “[...] o ensino médio não corresponde às expectativas dos jovens, especialmente à

sua inserção na vida profissional, e vem apresentando resultados que não correspondem ao crescimento social e econômico do País” (Silva; Scheibe, 2017, p.24-25). Mas, mesmo sob forte oposição e resistência de pesquisadores, sindicatos, trabalhadores da educação, movimentos sociais [incluindo o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio⁶ e o Movimento Estudantil] e da sociedade como um todo (Albuquerque *et al.*, 2021), a “Reforma” foi transformada na Lei 13.415/2017.

Em linhas gerais, as principais mudanças se sustentam,

[...] na defesa da necessidade de adequação do ensino médio a requisitos postos pelo mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial. Tal defesa aproxima a última etapa da educação básica a uma visão mercantil da escola pública e adota critérios pragmáticos para definir os rumos da mudança, tais como o desempenho nos exames em larga escola e o acesso limitado à educação superior por parte dos concluintes do ensino médio (Silva; Scheibe, 2017, p.21).

O currículo passa por uma redução e flexibilização, tornando-se composto em parte por itinerários formativos organizados com base nas possibilidades de cada sistema de ensino, e em parte pela Base Nacional Comum Curricular. No entanto, é sabido das limitações que a escola pública enfrenta quando comparada à privada em relação a tais possibilidades. Poder-se-ia mencionar, por exemplo, a própria falta de investimentos e recursos (infraestruturais e pedagógicos), a escassez de professores e a falta de concursos públicos para a contratação desses, além de remuneração muitas vezes inadequadas para esses profissionais, entre outros. Ou seja, em vez de se enfrentar os desafios reais e estruturais para a melhoria do Ensino Médio, optou-se por uma reorganização de cima para baixo, sem tocar nos nós problemáticos da realidade escolar pública (Carrano, 2017). Nesse cenário de liberdade aparente, que parece isentar o Estado de suas obrigações constitucionais quanto à educação dos jovens do Ensino Médio (Santos, 2018), esses sujeitos acabam responsáveis (e culpabilizados) por qualquer eventual falha que resulte de “suas próprias escolhas”.

A diminuição da carga horária destinada à Base Nacional Comum Curricular⁷ provoca consequências como a extinção dos debates promovidos pelas mais diversas áreas do

⁶ Segundo Silva e Scheibe (2017), o Movimento foi criado no início de 2014 para atuar em conjunto com Câmara dos Deputados e com Ministério da Educação, buscando estabelecer uma interlocução crítica sobre o Projeto de Lei nº 6.840/2013 (Projeto de Lei que antecedeu a “Reforma”, propondo alterações ao Ensino Médio).

⁷ Embora em setembro de 2023 o MEC tenha enviado uma minuta à Casa Civil, com uma proposta de aumento da carga horária da Base, até o momento, a redução ainda vigora.

conhecimento, com ênfase aqui para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, imprescindíveis para a construção de uma educação mais crítica, emancipadora e cidadã. Componentes curriculares como Geografia, História, Sociologia e Filosofia, por exemplo, já apresentam tempos semanais reduzidos em diversas instituições escolares. Nesse sentido, de acordo com Silveira *et al.* (2018), mais uma das perversas consequências dessa “Reforma” acaba sendo a supressão do direito dos jovens de continuar tendo acesso a conhecimentos que foram produzidos e acumulados pela sociedade em diferentes campos de estudo.

No que diz respeito à área de formação técnica e profissional que passa a integrar o currículo, ressalta-se que essa já se configura como um modo indiscriminado e igualmente precário de formação técnico-profissional (Silva; Scheibe, 2017), que repercute novamente sobre os jovens que frequentam as instituições escolares públicas. A possibilidade de contratação de profissionais para essa área, sem qualificação no campo de ensino, desde que possuam notório saber, abre margens e efetiva mais uma forma de precarização do trabalho docente (Silva; Scheibe, 2017). Além disso, a abertura de espaços para parcerias com entidades privadas, especialmente instituições de ensino à distância, a fim de atender aos requisitos do currículo (Pestana; Lima, 2017), representa uma evidente intensificação do processo neoliberal de mercantilização da educação pública.

Como resultado, o NEM parece representar um retrocesso às políticas públicas sociais conquistadas por meio de lutas populares ao longo da história do Brasil. Seus efeitos resultam na precarização da vida dos jovens para além do âmbito escolar, impactando diretamente o acesso ao Ensino Superior, as relações de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida desses sujeitos no presente e no futuro. O “novo” modelo tal como se impõe, pode contribuir para a intensificação das desigualdades escolares e sociais já profundamente enraizadas na realidade do país, constituindo-se, assim, como mais uma forma de violência à educação pública e à sociedade brasileira.

ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Com o propósito de identificar as perspectivas dos jovens participantes da pesquisa acerca da “Reforma” do Ensino Médio, optou-se pela estratégia metodológica do grupo focal. Desse modo, a investigação possui uma abordagem de cunho qualitativo, uma vez

que as informações coletadas durante as interações com e entre os jovens não são quantificáveis. Quanto à sua natureza, o estudo se caracterizou como aplicado, uma vez que buscou contribuir para fins práticos, visando encontrar soluções para problemas concretos (Andrade, 2010). Em relação aos objetivos, pode ser classificado tanto como descritivo quanto exploratório. Na abordagem descritiva, o enfoque se concentrou na descrição das propriedades de uma determinada população ou fenômeno, incluindo pesquisas que têm como intuito levantar as opiniões, atitudes e crenças de um grupo (Gil, 2002). Já na abordagem exploratória, o objetivo principal foi adquirir uma compreensão mais aprofundada do problema por meio de revisões bibliográficas, entrevistas com indivíduos que possuem experiências práticas relacionadas ao problema pesquisado e análise de exemplos que ajudem a esclarecer a questão (Gil, 2002). No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa classificou-se como um estudo de caso, sendo importante ressaltar que, em decorrência disso, os resultados obtidos não devem ser generalizados para outros ambientes escolares, embora os dados possam conversar com contextos similares.

A pesquisa foi conduzida em uma escola pública situada na Zona Centro-Sul de Porto Alegre/RS. A escolha recaiu sobre a rede pública de ensino, pois o objetivo do estudo era investigar especificamente essa situação, e a opção por uma escola estadual se deu por conta da concentração do maior número de matrículas do Ensino Médio nessa rede. A instituição de ensino onde a pesquisa ocorreu oferece vagas voltadas ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio (tanto Regular quanto Educação de Jovens e Adultos – EJA) e à cursos de Ensino Técnico, operando em turnos matutino, vespertino e noturno. A escola conta com aproximadamente 800 alunos, distribuídos em cerca de 35 turmas. O Indicador do Nível Socioeconômico (Inse) referente a 2021 classificou o perfil dos estudantes da escola como pertencentes ao Nível V⁸. Infelizmente, não havia disponibilidade de informações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o Ensino Médio na referida escola.

⁸ “Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino médio completo.” (Brasil. MEC/Inep, 2023b).

Os participantes da pesquisa foram cinco jovens com idades variando entre 15 e 20 anos, matriculados no Ensino Médio Regular e membros ativos do Grêmio Estudantil. A escolha de focar o Grêmio Estudantil foi baseada na compreensão de que nesse espaço, destinado a debates e discussões de interesses dos estudantes, os jovens acabam colocando-se como voz ativa nas decisões da escola (Figueirôa; Miranda, 2021). E, precisamente, devido a maior participação desses estudantes nas situações que envolvem a escola, se a “Reforma” do Ensino Médio tivesse sido abordada, em alguma ocasião, pela instituição de ensino e/ou pelos demais estudantes, muito possivelmente, isso teria passado pelo Grêmio Estudantil.

O grupo focal foi conduzido em uma sessão dividida em diferentes momentos, totalizando aproximadamente 1 hora e 30 minutos de diálogo com e entre os jovens participantes. Um roteiro com perguntas e materiais de estímulo ao debate foi sendo elaborado previamente para ambos os momentos do grupo focal. Cada um dos momentos também estava alinhado com um dos objetivos específicos e vinculado a um dos eixos teóricos da pesquisa maior em andamento. Com isso, o presente texto destina-se a abordagem do segundo momento do diálogo, que se concentra de maneira específica na “Reforma” do Ensino Médio sob a ótica dos participantes⁹.

Para analisar os dados coletados, realizou-se uma aproximação da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011, p.44), refere-se a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, que pode ser aplicada em discursos diversos. Desse modo, para o segundo momento do grupo focal elencou-se a priori a categoria de análise os jovens e a “Reforma” do Ensino Médio, por meio da qual pretendeu-se verificar o que os participantes sabiam/pensavam acerca dessa política, como observavam e experienciavam as mudanças advindas do “novo” modelo no cotidiano escolar, e se o tema havia sido pautado na escola por professores e/ou colegas.

É importante ressaltar que o estudo esteve em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução 510/2016 (Brasil, 2016) no que diz respeito às precauções éticas essenciais para pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Como resultado, tanto a

⁹ Os resultados referentes ao primeiro momento do diálogo, com foco em quem eram os jovens participantes da pesquisa, fez parte de outro texto elaborado por Silva e Oliveira (2023).

repercussão que a pauta vinha retomando desde o início de 2023. Com isso, a primeira pergunta realizada aos participantes nesse momento, foi sobre o quão informados achavam-se acerca do tema da “Reforma”. Segundo um deles:

eu acho assim ó, que quem sabe sobre a questão da Reforma é quem está mais envolvido. Tipo, a gente, mesmo a gente sabendo pouco, [...] lendo e vendo, a gente, tipo, tem acesso a mais informação porque a gente está mais envolvido. Mas, tipo, um estudante em geral, o jovem em geral, eles não sabem (Chile).

Notou-se que, mesmo acreditando estarem mais ou menos informados sobre a “Reforma”, os jovens também reconhecem que por serem integrantes do Grêmio Estudantil, acabam mais inteirados do tema quando comparados com colegas que não fazem parte, embora “alguns do Grêmio nem tanto” (China). Com isso, indagou-se aos jovens se notaram outros alunos da escola comentando sobre a “Reforma” e se o Grêmio havia sido procurado para fornecer informações e/ou esclarecer dúvidas. Relataram que houveram poucas consultas nesse sentido: dois membros afirmaram ter sido procurados duas vezes, e outro membro apenas uma vez. Continuando na linha de saber ou não saber o que é o NEM e quais as suas implicações, perguntou-se aos participantes se seus pais e/ou responsáveis estavam cientes das mudanças que vinham ocorrendo. As respostas foram predominantemente “não”, e um dos jovens ainda questionou: “como que um governo implanta algo nas escolas e os pais, os responsáveis das pessoas que vêm aqui estudar, não sabem o que que é isso?” (França).

A negativa não chega a surpreender considerando o contexto acelerado e autoritário de imposição da “Reforma” do Ensino Médio. No entanto, revela os impactos da ausência de conversas e discussões com a comunidade escolar. Ao serem questionados se o tema foi debatido na escola, um dos jovens afirmou que “direito, não”, que quando tomaram conhecimento das mudanças em 2022, isso ocorreu de “forma rasa”, tornando-se difícil a compreensão. Os participantes também relataram que a forma como o “Novo” Ensino Médio chegou na escola foi muito rápido, foi pouquíssimo tempo para pensar e decidir o que queriam cursar, por exemplo. E mesmo após a escolha, na prática, não necessariamente estavam cursando os itinerários formativos pelos quais optaram.

Conforme Pestana e Lima (2019), uma das estratégias adotadas pelo governo Temer para promover o NEM como algo positivo para os estudantes, baseou-se no discurso de

autonomia nas experiências escolares, sugerindo que os alunos pudessem fazer escolhas livres em relação ao percurso a ser seguido durante os anos do Ensino Médio – informação que ainda hoje é facilmente encontrada no site do MEC. Apesar dos alertas quanto às limitações para que essas “escolhas” se tornassem realidade, especialmente nas redes públicas de ensino, é por meio da implementação do NEM que se tem testemunhado a materialização desses avisos. Outra narrativa frequentemente utilizada, enfatizava que se a escola na qual o aluno estivesse matriculado não oferecesse o itinerário formativo que desejasse, o estudante teria a alternativa de cumprir essa carga horária em outra instituição de ensino que oferecesse a opção. No entanto, pondera-se: ao considerar os desafios relacionados ao transporte escolar (gravíssimos no caso de Porto Alegre¹⁰), como estudantes que já enfrentam dificuldades para chegar a uma só escola fariam para frequentar duas? Isso sem mencionar os municípios brasileiros que possuem apenas uma instituição escolar.

Por meio da conversa também ficou evidente a preocupação que os jovens possuíam em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por conta do distanciamento entre a prova e o currículo atual do Ensino Médio. Nesse sentido, os jovens reconheceram a existência de uma disparidade entre o próprio ensino público e privado, que afeta principalmente o estudante da escola pública. Quando indagados sobre as consequências da “Reforma”, o impacto no acesso ao Ensino Superior foi citado, associando-se diretamente às perspectivas de futuro dos participantes.

Eu não sei se tem consequência para o lado bom. A consequência é a faculdade, o ENEM que a gente vai precisar estudar lá para frente e a gente não vai ter. As matérias que a gente podia estar estudando agora para a gente chegar lá no ENEM e fazer bonito foram trocadas por algo inútil, que a gente vai chegar lá e a gente só vai se dar mal (Brasil).

Na instituição onde o estudo foi conduzido, atualmente, conforme relatado pelos jovens, estão disponíveis os itinerários formativos de Cultura e Tecnologia, Direitos Humanos, Expressividade e Autoconhecimento, Iniciação Científica, Mundo do Trabalho, Projeto de Vida e Relações de Gênero. Vale destacar que os estudantes não negaram a relevância de alguns desses conhecimentos, como é o caso dos Direitos Humanos, mas, enfatizaram que são disciplinas que ocupam um espaço desnecessário na grade curricular. Devido a inclusão

¹⁰ Em Porto Alegre os estudantes enfrentam grandes dificuldades para obter acesso à passagem escolar, problema diretamente relacionado às medidas adotadas pela atual administração da cidade. Apenas entre 2019 e 2022, observou-se uma redução de 77% no número de usuários que possuíam acesso à passagem escolar na capital (Culau; Silva, 2023).

dessas matérias, o número total de componentes curriculares também aumentou. Os jovens mencionaram que agora cursam aproximadamente 20 matérias (anteriormente à “Reforma” eram em média 15), o que resultou em um acréscimo na quantidade de avaliações que precisam realizar ao longo do ano letivo.

Ao serem questionados se a pauta da “Reforma” do Ensino Médio deveria ter sido mais discutida com as turmas, as respostas dos jovens foram afirmativas. E perguntados sobre quem deveria ter liderado essa abordagem, concluíram que deveria ter sido conduzida por meio da colaboração entre direção, Grêmio Estudantil e corpo docente. Mencionaram que o Grêmio foi solicitado a esclarecer para as turmas da escola o que é NEM, especialmente para os primeiros anos ingressos em 2023, que já começaram a estudar no “novo” modelo, sem passar por uma transição. No entanto, como explicado por Dayrell (2007), deve-se considerar que existe no cotidiano escolar uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos – com ênfase nesse texto para alunos e professores – que incluem alianças e conflitos, imposição de regras e estratégias, tanto individuais quanto coletivas, de transgressão e de acordos. Desse modo, pôde-se verificar que a implementação do NEM acabou gerando algumas tensionalidades dentro da escola quanto aos dois grupos mencionados.

Os participantes relataram que houveram reclamações sobre tomarem muito tempo das aulas para explicar as problemáticas envolvidas no NEM e também de acabarem fazendo esse esclarecimento de forma rápida. Explicaram ainda que no Primeiro Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do “Novo” Ensino Médio conseguiram levar cerca de 70 estudantes da escola (de 800) para a manifestação, mas, no Segundo dia, esse contingente não ultrapassou 15 por conta das avaliações que foram marcadas para a data. Além disso, o abono das faltas também se tornou um problema que os estudantes vinham enfrentando.

Destaca-se que, na situação mencionada, não se teve acesso às perspectivas dos professores, entretanto, optou-se por manter os relatos dos participantes na análise da pesquisa, com o intuito de não silenciar o grupo que se comprometeu a ouvir desde o início do estudo, isto é, o dos jovens. No entanto, essa abordagem conduz a outra consideração, onde faz-se importante salientar que os alunos não são os únicos impactados pela “Reforma” do Ensino Médio. Conforme observado por Lino (2017, p.87), “os impactos da Lei 13.415/17 se

estendem à educação superior, aos cursos de formação de professores, às licenciaturas e à carreira e atuação profissional dos quadros do magistério público e privado [...]”. Entende-se que assim como os alunos, os professores também acabam afetados pelo NEM (muitas vezes, por exemplo, tendo que ministrar disciplinas que em nada tem a ver com sua formação inicial), e, por isso, defende-se que um diálogo efetivo sobre a “Reforma” só se faz assim se ocorrer de forma conjunta com os diferentes atores que compõem, que produzem a escola.

Em último momento, solicitou-se aos participantes que se possível resumissem a “Reforma” do Ensino Médio em uma única palavra. Eles brincaram: “inútil”, “chocha”, “capenga”, “manca”, “anêmica” (fazendo referência à uma fala da jornalista Renata Vasconcellos que virou meme nas redes sociais em 2017), mas, escolheram a palavra “incapacitada”, no sentido de não ser essa uma reforma capaz de possibilitar transformações positivas à etapa do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período histórico mais recente, nota-se uma ampliação da ascendência da doutrina neoliberal, que tem atravessado diversas esferas sociais e orientado a formulação de políticas públicas. No Brasil, esse processo fica evidente ao realizar-se uma análise das “reformas” administrativas aprovadas nos últimos anos, que se integram ao mesmo contexto de surgimento da Lei 13.415/2017. Apesar das objeções às propostas desde o seu início e das repercussões que ainda se desenrolam, a implementação do “Novo” Ensino Médio persiste em andamento nas escolas de todo país, relevando, agora e na prática, algumas de suas falhas e impossibilidades (muitas das quais já eram previstas).

Por tratar-se de um cenário ainda muito atual e recente, é preciso que se compreenda melhor os efeitos dessa política a curto, a médio e a longo prazo. Além dos estudos realizados acerca do tema auxiliarem nesse sentido, também se fazem importantes à medida em que podem contribuir para possíveis modificações que venham a ocorrer no Ensino Médio. Para tanto, pensar e planejar a última etapa da educação básica, em conjunto com as juventudes escolarizadas se faz igualmente importante do ponto de vista de que são esses os sujeitos que estão presentes cotidianamente nas instituições escolares. E ao contrário das representações que muitas vezes envolvem as juventudes – o jovem como sujeito

desinteressado por questões políticas e sociais, por exemplo (Abramo, 1997) – observou-se ao longo deste estudo, que os participantes possuíam interesse em participar das discussões pautadas, tinham muito o que falar e queriam utilizar essa voz para serem ouvidos naquele momento.

Constatou-se, de forma geral, que os participantes não possuíam percepções positivas acerca das mudanças advindas da “Reforma”. O grupo relatou que seus responsáveis não estavam a par dessas alterações que vêm ocorrendo, que na escola essas se deram de forma aligeirada e que, na prática, sequer estavam cursando os itinerários formativos pelos quais optaram no início. As inquietações quanto ao ENEM são evidentes, assim como às perspectivas de acesso ao ensino superior no futuro. Os jovens participantes entendem que há uma desconexão entre o currículo e o Exame e que essa situação acaba gerando consequências aos alunos das escolas públicas. Os jovens, que participaram dos atos pela revogação do NEM em Porto Alegre, discutiram também, em diversos momentos, as tensões surgidas dentro da escola diante do novo cenário.

Com isso, se percebeu que os sujeitos da pesquisa estavam inseridos e participavam das discussões sobre a “Reforma” por si próprios, sendo o Grêmio Estudantil um ambiente que favorecia tal condição. Destaca-se que por si próprios, justamente por saber que os jovens não tiveram a possibilidade de estarem presentes em espaços onde pudessem colaborar, de fato, com a formulação da nova política de Ensino Médio. Nesse sentido, reitera-se a necessidade de abertura de espaços de diálogos formais, visando reavaliar a última etapa da educação básica em conjunto com os jovens estudantes, sujeitos que vivenciam e produzem a escola diariamente. Entende-se que essas vozes se tornam ainda mais potentes em conjunto com o restante da comunidade escolar, com destaque aqui aos professores, no que tange a reivindicação por uma educação pública de qualidade, crítica e democrática.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPEd, n. 5, maio-agosto; n. 6, setembro-dezembro, p.25-36, 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 03 abr. 2024.
- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de *et al.* **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação–prólogo do Ensino de Geografia**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. São Paula: Atlas, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 [...]. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 397, de 07 de março de 2023**. Altera a Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 7 mar. 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-397-de-7-de-marco-de-2023-468444970>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 399, de 8 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Brasília, 8 mar. 2023c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-%20de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-%20331876769>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023**. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 4 abr. 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de2023-475187235>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. MEC/INEP. **SAEB 2021 INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO DO SAEB 2021 NOTA TÉCNICA**. 2023b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tecnica_2021.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

CARRANO, Paulo. Um “novo” ensino médio é imposto aos jovens no Brasil. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Educacional**, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/um-novo-ensino-medio-e-imposto-aos-jovens-no-brasil>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CULAU, Giovanni; SILVA, Airton. Artigo | Estudantes com TRI Escolar despenca 77% na atual gestão de Porto Alegre. **Brasil de Fato RS**, 03 mai. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/05/03/artigo-estudantes-com-tri-escolardespensa-77-na-atual-gestao-de-porto-alegre>. Acesso em: 04 abr. 2024.

DAYRELL, Juarez. A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p.1105-1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, p.385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW3FTtfSsKTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FIGUEIRÔA, Plínio Xavier de; MIRANDA, Humberto da Silva. Adolescentes-Jovens e o Grêmio Estudantil na escola pública: questões sobre participação. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111030>. Acesso em: 04 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPO, Luis Antonio *et al.* O maior, o mais ignorado, o mais combatido: o movimento das ocupações estudantis no Paraná em 2016. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/110919>. Acesso em: 02 abr. 2024.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>. Acesso em: 02 abr. 2024.

LINO, Lucília Augusta. As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 75-90, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/756>. Acesso em: 02 abr. 2024.

PESTANA, Grazielle de Jesus; LIMA, Ângela Maria de Sousa. A BNCC do ensino médio no contexto da lei nº 13.415/2017: desafios e perspectivas para as juventudes das escolas públicas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 40, n. 2, p.147-166, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-54432019000200002. Acesso em: 02 abr. 2024.

SANTOS, Emily *et al.* Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC. **G1**, São Paulo, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo-ensino-medio-ajustar-ourevogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghhtml>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SANTOS, José Erimar dos. O lugar da Geografia na BNCC e na Reforma do Ensino Médio: aprofundamento de deficientes cívicos. **Anais... VII ENALIC; VII Encontro Nacional das Licenciaturas; VI Seminário do PIBID e I Seminário do Residência Pedagógica**. Fortaleza/CE, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-55877-30112018-232928.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC-Um cenário de disputas. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p.367-379, 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p.19-31, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, Gabrielle Bezerra da; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Quem são os jovens que vivenciam o “novo” Ensino Médio? Um estudo de caso em Porto Alegre/RS. **Revista Educar Mais**, v. 7, p. 915–930, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3442>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVEIRA, Éder da Silva *et al.* O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p.101-118, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3992>. Acesso em: 04 abr. 2024.

Recebido em: Abril/2024.

Aprovado em: Setembro/2024.